

NOTAS ECONÓMICAS

8

BERNARD RAVENEL MÉDITERRANÉE ET MONDIALISATION

MAURIZIO MISTRI CHANGING PREFERENCES AND COGNITIVE PROCESSES

ELIAS SOUKIAZIS THE ENDOGENEITY OF LABOUR SUPPLY THROUGH MIGRATION

CARLOS JOSÉ FONSECA MARINHEIRO O TEOREMA DA EQUIVALÊNCIA RICARDIANA: UMA APLICAÇÃO À ECONOMIA PORTUGUESA

JOÃO PAULO CERDEIRA BENTO LE PARTENARIAT EURO-MÉDITERRANÉEN

JOSÉ PEDRO PONTES RETÓRICA E COMUNICAÇÃO PARA ECONOMISTAS

MARGARIDA SANTOS LOPES UM PEDAÇO DE PRESENTE POR UM FRAGMENTO DE FUTURO

JOÃO TOLDA ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E INOVAÇÃO NA REGIÃO CENTRO

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COC

Notas bibliográficas



Harold James (1996)

International Monetary Cooperation since Bretton Woods, Washington, D.C., International Monetary Fund e New York — Oxford, Oxford University Press, xiii, 742 p.

Jaime Reis, coordenador (1995)

International Monetary Systems in Historical Perspective, Houndmills — London, Macmillan Press e New York, St. Martin's Press, xi, 288 p.

A história das relações monetárias internacionais tem, na actualidade, e por razões óbvias, uma importância acrescida no contexto europeu. Mas — a concretizar-se — a União Monetária Europeia alterará radicalmente o presente (não)-Sistema Monetário Internacional. As razões que produziram historicamente a actual situação encontram nas duas obras aqui recensadas um tratamento de excepcional qualidade.

No que se reporta à evolução subsequente a Bretton Woods, e pela mão de Harold James, por encomenda do Fundo Monetário Internacional, deu-se à estampa uma obra monumental, mas com uma dimensão manuseável. Na colectânea editada sob a responsabilidade de Jaime Reis, reúnem-se excelentes contribuições parcelares sobre aspectos que remontam ao padrão-ouro clássico e se alargam até à era posterior a Bretton Woods (foram originalmente apresentadas num encontro realizado na Arrábida, em 1993, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e pelo Instituto de Ciências Sociais).

Quanto à obra de Harold James deve, antes de mais, dizer-se que a sua encomenda constituiu um modo excelente de o Fundo Monetário Internacional comemorar o 50º aniversário da Conferência de Bretton Woods. Michel Camdessus, na sua qualidade de director do Fundo, apresenta, em breve nota introdutória, a metodologia que presidiu à elaboração da obra, e que garantiu a Harold

James o apoio editorial e o acesso a fontes confidenciais para a realização deste estudo, de forma independente. A leitura da obra confirma a opinião do mesmo sobre o seu carácter de história não-oficial e objectiva. No prefácio, o autor não omite também os pormenores relativos ao apoio obtido junto do *editorial panel* e de tantos outros peritos, assim como as circunstâncias políticas, intelectuais e institucionais particularmente favoráveis ao trabalho do historiador, que se verificaram desde a sua encomenda em 1992.

No que respeita ao “desenho” da obra de James, o equilíbrio das interpretações propostas para compreender a evolução dos últimos cinquenta anos, faz deste estudo uma referência imprescindível. Para além do rigor técnico com que as questões são tratadas, ao longo das páginas palpita o ritmo da vida como fluxo de mudança e continuidade. A função do sistema monetário — equiparada à de um centro nervoso — é retratada de um modo literariamente irrepreensível. John Maynard Keynes, rever-se-ia decerto neste exercício de um estilo que dá à história a capacidade de encantamento que leva à reflexão séria e útil. Usando uma expressão do autor, a função da história como “antídoto útil” na prevenção de dois “erros típicos” na formulação de políticas — “uma crença exagerada na impossibilidade de resolver os problemas ou um excesso de confiança relativamente à sua solução” (p. 620) — é, de facto, potenciada pela capacidade de usar as palavras.

Apesar de tudo o que foi dito, e também do carácter abrangente dos documentos e referências bibliográficas, o estudo de Harold James não ofusca a importância de colectâneas como a que foi organizada por Jaime Reis. Onze contribuições (de dezassete autores) que cobrem um período mais vasto da história monetária internacional — cerca de 150 anos —, que corresponde a uma evolução que vai da hegemonia europeia (em particular britânica) no mundo às raízes da actual mundialização tripartida. Nada do que se diga a propósito pode dispensar uma tentativa de conhecimento e reflexão aprofundada sobre



as questões monetárias e sobre a impraticabilidade de uma verdadeira moeda internacional. Isto é, o que é que permitiu, apesar de tudo, mesmo que temporariamente, a imprescindível organização das relações monetárias internacionais sendo a moeda, como diz Jaime Reis, “um assunto tão profundamente ‘nacional’ “ (p. 1)?

O próprio coordenador desta obra esboça uma interpretação no texto com que a apresenta. De modo sintético, sublinhando a importância dos períodos que correspondem à vigência do padrão-ouro clássico (c. 1880 a 1914) e do regime de Bretton Woods (1946-1971) — os “sistemas globais” — não deixa de chamar a atenção para outras experiências históricas, territorial e temporalmente mais limitadas, como a União Monetária Escandinava e a União Latina, cujas modalidades importa hoje conhecer. De igual modo, formula interrogações de uma pertinência inquestionável sobre as razões que permitiram a maior ou menor longevidade dos “concertos” monetários na Europa e no Mundo desde o século passado aos nossos dias. Só assim se pode, pois, avaliar com maior ponderação as recentes evoluções que quer a Europa quer o Mundo parecem ter de enfrentar.

Nesta conformidade, os textos fornecem materiais para uma salutar e necessária reflexão e, com particular acuidade no presente contexto europeu, citem-se o de Marc Flandreau (“Was the Latin Union a Franc Zone?”), o de Ingrid Henriksen e Niels Koergard (“The Scandinavian Currency Union 1875-1914”), o de Marcello de Cecco (“Central Bank Cooperation in the Inter-War Period: A view from the Periphery”), o de Forrest H. Capie e Geoffroy E. Wood (“A European Lender of the Last Resort? Some Lessons from History”) e o de David T. Llewellyn e John R. Presley (“The Role of Hegemonic Arrangements in the Evolution of the International Monetary System”).

Concluindo estas breves notas de revisão, não podemos deixar de concordar com Jaime Reis sobre a necessidade de insistir na compreensão destes problemas quer pela questão prática que salienta quando escreve que a história das relações monetárias internacionais “também nos ajuda a ver em

que é que não pode ser útil para conceber e concretizar futuros concertos com êxito”, mas também porque sem estudos aprofundados neste domínio a historiografia moderna ficaria muito empobrecida.

Se fosse outra a dimensão do mercado editorial português, não poderia deixar de se recomendar a qualquer editor atento a publicação em língua portuguesa destas duas obras.

Joaquim Feio

Bernard Ravenel (1996)

Méditerranée: l'impossible mur, Paris, Éditions L'Harmattan, 190 p.

A partir de Braudel estabeleceu-se a possibilidade de estudar o Mediterrâneo como uma fértil unidade analítica, mas desde Braudel só muito raramente é que se conseguiu realizar essa promessa. Este livro, que é uma colectânea de textos escritos entre 1990 e 1994, não pertence a esse pequeno grupo de excepções. O Mediterrâneo referido no título deste livro é uma mera coincidência geográfica que permite agrupar sob a mesma capa capítulos sobre a guerra civil da Argélia, os problemas do Plano Vance-Owen para a ex-Jugoslávia, a "Fortaleza Europa", e o incontornável conflito israelo-palestiniano entre outros.

Quem quisesse ser pedante podia ainda comentar que a Guerra do Golfo (que merece dois capítulos) aconteceu bem para leste do Mediterrâneo, mas Ravenel não deixaria de ter razão se respondesse que as consequências dessa Guerra ainda hoje se fazem sentir em vários pontos do Mare Nostrum. Teria razão mas no entanto esses textos não são sobre o Mediterrâneo, excepto marginalmente. Por outro lado, e para dar uma parcela de legitimidade ao título, há três capítulos que procuram de facto pensar o Mediterrâneo à luz de temáticas específicas: a poluição, a segurança e uma proposta de projecto euro-mediterrânico.

Colectâneas de textos escritos de forma dispersa e com fins variáveis acusam quase sempre alguma falta de ritmo e a ausência de um fio condutor claramente definido. Talvez seja portanto mais justo avaliá-los por aquilo que são, considerando-os capítulo por capítulo, e sob esta óptica o livro de Ravenel já é consideravelmente mais satisfatório.

Os primeiros dois capítulos, centrados na análise do conflito no Golfo, têm por tese principal a transformação do conflitos Leste-Oeste em conflito Norte-Sul. O primeiro capítulo, escrito depois da invasão do Koweit mas antes da Guerra do Golfo, situa a conflitualidade Norte-Sul na sequência da Guerra Fria. O segundo foi escrito depois da guerra e encontra raízes um pouco mais

longínquas, para essa conflitualidade, nomeadamente na ascensão de Reagan e Thatcher. Em qualquer dos casos o autor considera que a dicotomia entre a evolução de uma sociedade civil internacional preconizada por Dahrendorf (e Kant muito antes deste) e o regresso ao confronto estatocêntrico hobbesiano se resolve a favor do confronto estatocêntrico. O trabalho tem o mérito de nos recordar a centralidade dos conflitos económicos para as relações internacionais, mas nestes capítulos a abordagem insere-se numa lógica clássica dos estudos estratégicos, povoada de estados impermeáveis e balanças de poder, e é só no último parágrafo que regressamos à realidade com uns comentários sobre a dificuldade de sustentar esta lógica no contexto do aumento de interdependência internacional e da pluriculturalidade e multi-eticidade das sociedades ocidentais.

O capítulo seguinte, intitulado *Entre Utopies et Modernités* faz apelo a uma nova modernidade no mundo árabe, uma modernidade utópica, que pudesse superar as várias crises: a crise política evidenciada pela Guerra do Golfo, a crise económica e social que resultou das estratégias modernizantes do pós-independência, e a crise de identidade que se manifesta no islamismo político. Relembrando (tão óbvio mas tantas vezes esquecido) que o islamismo político pertence à modernidade e não a um passado ressuscitado, Ravenel conclui que só um projecto de empenhamento transmediterrânico pode resolver estas crises. Tem razão, mas será que será escutado?

Os dois capítulos que se seguem — enfim o Mediterrâneo — são sobre a transformação do mar em muro, passando em revista as tremendas desigualdades económicas e demográficas que levam a que um meio de comunicação e intercâmbio assume a forma de trincheira à volta da "fortaleza Europa" de Schengen. Trata-se de textos úteis e estimulantes para quem quer reflectir sobre a marginalização de imigrantes muçulmanos na Europa e a forma como isso contribui para uma relação de conflitualidade identitária a um debate essencial mas infelizmente ofuscado pela discussão em torno das teses de Huntington sobre "o choque das civilizações".





Espera-se que o descrédito de Huntington já seja suficiente para nos debruçarmos sobre problemas reais, deixando de lado os espantalhos.

O texto sobre a poluição no Mediterrâneo é um convite oportuno para reflectirmos sobre um problema que só pode fazer sentido quando equacionado no contexto de todo o Mediterrâneo. Menos oportunos — porque datados — são os capítulos sobre a Guerra Civil na antiga Jugoslávia (na altura ainda em curso) e sobre o processo de paz, se é que ainda merece esse nome, israelo-palestiniano. O capítulo que Ravenel dedica à segurança no Mediterrâneo não está ainda ultrapassado, infelizmente, apesar de ter sido escrito há cinco anos. O problema central que o autor identifica é uma versão do clássico “dilema da segurança”: quanto mais a Europa se armar e proteger contra a insegurança na orla sul do Mediterrâneo, mais contribui para a manutenção dos problemas estruturais que estão na raiz dessa mesma insegurança.

O último capítulo analisa o caso específico da Argélia e da guerra civil de baixa intensidade que não dá sinais de estar a caminho de uma resolução. O autor, ao que parece sem grandes esperanças, traça as respostas possíveis da Europa, que passam por uma parceria euro-mediterrânica. Essa proposta de parceria é desenvolvida no penúltimo capítulo, um capítulo que é um precursor fiel da fundamentação filosófica e das esperanças que vieram a ser adoptadas pelos representantes da União Europeia e de doze governos (se incluímos a entidade palestina) do Mediterrâneo em Barcelona em Novembro de 1995.

Em resumo, esta colectânea é, sem dúvida, uma contribuição valiosa para debates sobre o Mediterrâneo e à volta dele, apesar de alguns textos serem hoje menos pertinentes do que outros. Ravenel nem sempre tem razão, e outras vezes tem-na em grandes quantidades, mas tem o mérito de quase sempre provocar o debate e a reflexão, mérito que reputamos entre os mais relevantes em qualquer livro.

João Gomes Cravinho